



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE	-6. FEV. 1980	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Assembleia da República

O Congresso das Comunidades na ordem do dia

Depois de um período antes da Ordem do Dia que ultrapassou largamente o estipulado pelo Regimento da Assembleia, entrou-se finalmente na Ordem do Dia, já tardiamente, às 19.45. Dado o adiantado da hora, a Assembleia decidiu adiar a prevista eleição da Comissão de Inquérito sobre o processo de importação de batata de semente para a campanha de 1978/79.

Entrou-se pois na 2.ª parte da Ordem do Dia em que iam ser analisados os pedidos de ratificação dos decretos-lei, datados ainda do período de governação do Gabinete de Maria de Lurdes Pintasilgo, três dos quais, o mais polémico politicamente, respeitantes à celebração do Congresso das Comunidades Portuguesas, além daquele que estava previsto em último lugar na agenda, em que era pedida a ratificação, por parte do Governo, do decreto que estatui a Carreira Docente Universitária.

Congresso das Comunidades

Abriando a sessão da Ordem do Dia, interveio o centrista Rui Pena que justificou o pedido de ratificação dos decretos relativos à comemoração das Comunidades Portuguesas. O deputado do CDS esforçou-se por afastar aquilo que naturalmente viria a ser o cavalo de batalha da oposição parlamentar — as razões de ordem política que haviam presidido ao pedido de ratificação dos decretos em causa, negando qualquer conflito ou propósito de conflito entre órgãos de soberania.

Rui Pena apontaria para razões de ordem financeira de tais pedidos de ratificação, escudando-se em necessidades de austeridade, por um lado, e, por outro, em concepções diversas daquelas que haviam presidido às comemorações, considerando que presidiria a tais comemorações um «patriotismo, sem dúvida louvável, mas manifestamente estéril». De nota, sem dúvida, a preocupação expressa, a este propósito, por Rui Pena, em querer dar — são palavras suas — ao Conselho da Revolução «a dignidade institucional que lhe é atribuída» pela Constituição.

Seguiu-se a Rui Pena, Theodoro da Silva, do PSD, que tocou a mesma tecla. A tónica foi porém, ainda que em concomitância com o deputado do CDS, dada de

modo diferente. Austeridade com números, recurso ao, anunciado no Programa do Governo, «Conselho das Comunidades no Mundo» (a criar) necessidade do Congresso dever emanar dos portugueses espalhados pelo mundo, espontaneamente. E, uma primeira novidade, pela voz do deputado social-democrata: a AD-Governo propõe o adiamento do Congresso.

Aproveitamento eleitoral

A resposta mais nutrida — a sessão foi adiada, sem que tivesse havido intervenção de outros deputados — foi dada por João Lima, deputado do P. J. denunciando o aproveitamento eleitoral por parte da AD, a propósito do Congresso das Comunidades e de outros pontos aquecidos pela AD (caso Pintasilgo, caso Afe-ganistão e outros), o deputado socialista apontou também o fulcro da questão que leva o Governo a atacar as decisões, feitas decretos-lei, da fase final da governação do Executivo de Lurdes Pintasilgo, acusando claramente o Governo Sá Carneiro e a maioria parlamentar de procurarem coagir e desprestigiar o Presidente da República e criar um confronto com dois outros órgãos de soberania, o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

Curiosamente, e como outras novidades, a proposta de decreto-lei do Governo AD, a ser apresentada ao Parlamento, aponta para Ramalho Eanes, o Presidente da República, como presidente honorário do Congresso das Comunidades, assim o revelou o centrista José Augusto Gama. Na pág. 3 damos mais notícia acerca deste tema.

Antes da Ordem do dia

A intervenção de maior relevo no período «de antes da ordem do dia», da sessão de ontem na Assembleia da República, foi, sem dúvida, a do deputado do PS, João Lima, centrada no caso da missiva de Carter ao Presidente Eanes, que durante dez a doze dias, permaneceu no Ministério dos Negócios Estrangeiros, só tendo sido entregue ao PR, depois de ter sido revelada pelo semanário «Expresso», no último fim-de-semana.

Abriu a sessão, no período «de antes da ordem do dia», o deputado pela UDP, major Tomé, que fez uma declaração política, na qual criticou a atitude de de-

sacordo do chefe do EMGFA, em relação à confraternização dos Sargentos, que teve lugar no passado 31 de Janeiro. Atacando duramente a hierarquia militar e os seus «preconceitos classistas» acusou-a de hesitar, entre mostrar a sua verdadeira face, uma face «repressiva, arcaica, reaccionária, fascizante», ou tentar «parecer» ligada ao 25 de Abril.

Seguiu-se-lhe, João Lima, do PS, que ao intervir, como já referimos, sobre o problema da missiva, considerou que o atraso na entrega da carta não deveria ser considerado como um «mero artifício de expediente», mas sim como algo, que afectava a própria imagem do MNE e mesmo da diplomacia portuguesa, em geral». E, João Lima fez, entre outras, estas perguntas, na sua intervenção: «Que garantias oferecem o Governo e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o sigilo de informação e de situações de maior melindre e porventura do maior interesse nacional?». Referindo-se à fuga de informação produzida.

E quase a finalizar disse o deputado socialista: «O ministro Freitas do Amaral andou bem ao mandar abrir um inquérito. E, oxalá, este obtenha conclusões transparentes e desvende o «caso da carta desaparecida» para tranquilidade de todos».

Aproveitando uma «deixa» de João Lima, o deputado do PCP, Carlos Brito, protestou contra a proibição feita pelo Governo, de participação de personalidades estrangeiras no «II Encontro dos Povos em Luta», marcado para os dias 7, 8 e 9 próximos em Lisboa, considerando que esta decisão podia ser um prenúncio de limitações à liberdade dos portugueses.

Companhia do S. Luís

Ainda dentro do período de «antes da Ordem do Dia», o deputado socialista Igrejas Caeiro fez uma curta intervenção para criticar a extinção, decidida pelo secretário de Estado da Cultura, da Companhia Nacional do Teatro S. Luís.

Diria o deputado socialista a este propósito: «É grave que, no meio duma temporada teatral, se ponha em causa um projecto de reconhecido valor cultural e afectivo, moral e artisticamente, dezenas de trabalhadores do S. Luís».